

Desenvolvido por:

Chefe da Divisão de Avaliação e Acompanhamento:

Célio Martins Correia

Chefe da Seção de Análise Orçamentária

Luciana Formiga Rodolfo Vasconcelos

Marco Aurélio Silva dos Santos

Rodrigo de Macedo e Burgos

APROVADO:

Chefe do Departamento de Orçamento e Finanças

Hilton Muniz de Almeida

Relatório de Atividades da Unidade Gestora

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	3
2 – RELATÓRIO DAS AÇÕES	5
2.1- DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	5
2.1.1 PESSOAL ATIVO	6
2.1.2 CERIMONIAL	9
2.1.3 DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	9
2.1.4 AÇÕES INSTITUCIONAIS	11
2.1.5 LIVROS E PERIÓDICOS	14
2.1.6 EXPEDIENTE	14
2.1.7 MANUTENÇÃO DA FROTA	16
2.1.8 MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS	17
2.1.9 INFORMÁTICA	18
2.2 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO MPU	20
2.3 - ASSISTÊNCIA MÉDICO-AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICA.....	22
2.3.1 ATENDIMENTO AMBULATORIAL	22
2.3.2 ATENDIMENTO MÉDICO E ODONTOLÓGICO	22
2.4 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS.....	25
2.5 – AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	27
2.6 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS.....	28
2.7 - PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	30
2.8 –CONSTRUÇÃO DO ED.SEDE DA PROMOTORIA DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	34
2.9 –CONSTRUÇÃO DO ED. SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA EM PLANALTINA	36
2.10 – CONSTRUÇÃO DO ED. SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA EM SAMAMBAIA.....	38
2.11 – CONSTRUÇÃO DO ED. SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA NO GAMA	38
2.12 – CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO ED.SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF 40	
3 – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	41
5 - RESULTADO DA ATIVIDADE FIM DA UNIDADE GESTORA.....	46
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
7 - ANEXOS.....	52
7.1 – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	52
7.2 – CRONOGRAMA DE OBRAS.....	66
7.3 – ESTATÍSTICA DE PROCESSO.....	70

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA UNIDADE GESTORA

1 - INTRODUÇÃO

Analisando o orçamento do MPDFT aprovado pela Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, elaboramos relatório onde demonstramos as atividades e os projetos que norteiam os objetivos da Instituição bem como apresentamos, por Plano Interno, a execução orçamentária do ano de 2004, detalhada por elemento de despesa, em cada programa de trabalho.

O Ministério Público no ano de 2004 contou com um orçamento mais créditos adicionais de R\$ 219.380,7 mil, sendo que deste orçamento ficou contingenciado o valor de R\$ 304,3 mil, ficando disponível para execução o valor de R\$ 219.076,4 mil, dos quais R\$ 189.209,5 mil referente a pessoal e encargos sociais, R\$ 19.947,0 mil referente a custeio e R\$ 10.224,2 mil para capital, sendo liquidado o valor de R\$ 188.995,5 mil, R\$ 19.441,4 mil e R\$ 10.221,0 mil em pessoal, custeio e capital, respectivamente.

A execução do MPDFT no exercício de 2004, representou 99,6% do total do orçamento disponível, sendo 99,8% em pessoal, 97,4% em custeio e 99,9% em capital. A execução de 2004 foi menor comparativamente a do exercício de 2003, mas, em contrapartida, podemos observar também que o orçamento deste exercício foi maior que o de 2003, no montante de R\$ 18.059,8 mil, o que representa um acréscimo de aproximadamente 8,24%.

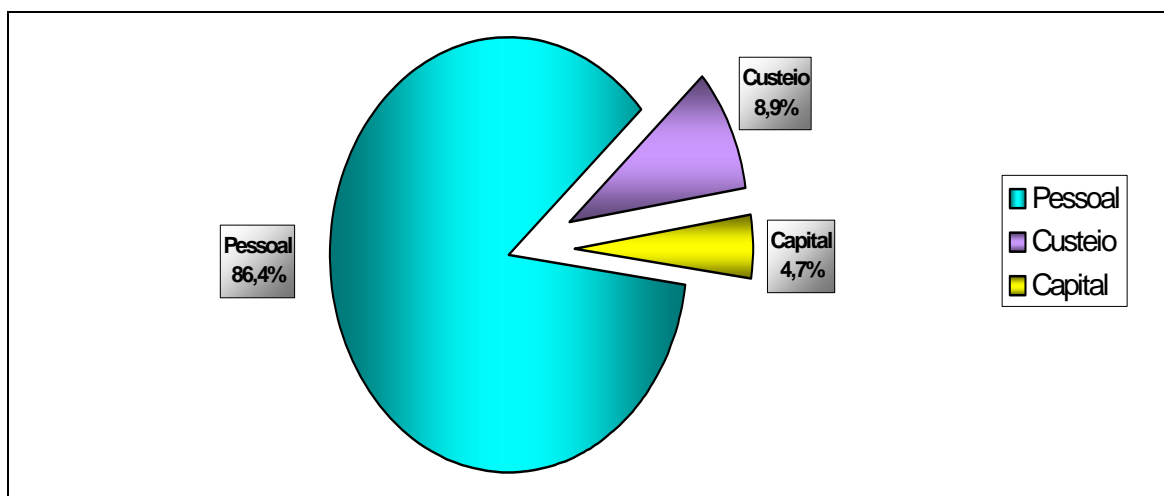
O quadro abaixo discrimina a execução de 2004, bem como, o orçamento inicial e os créditos adicionais solicitados e aprovados no decorrer do exercício para adequação do orçamento às necessidades da Instituição, objetivando atendimento das demandas e a execução orçamentária, sem ferir os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dotação orçamentária e execução do exercício de 2004

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO (a)	LEI n.º 10.837/04 (b)	LEI + Créditos (c)	EXECUÇÃO			Destques Concedidos (g)	Recursos Contingenciados (h)
			No Exercício (d)	Restos a Pagar (e)	Total (f=d+e)		
Pessoal e Encargos	174.216,3	189.209,5	188.995,5	-	188.995,5	-	-
Pessoal Ativo	124.744,1	150.824,5	150.751,0		150.751,0		
Inativos e Pensionistas	49.472,2	38.385,0	38.244,5		38.244,5		
Outros Custeios e Capital	29.640,2	30.171,2	26.879,9	2.782,5	29.662,4	153,7	304,3
Outros Custeios	20.082,0	19.947,0	18.959,3	482,1	19.441,4	153,7	-
Capital	9.558,2	10.224,2	7.920,6	2.300,5	10.221,1		304,3
Total	203.856,5	219.380,7	215.875,3	2.782,5	218.657,9	153,7	304,3

A execução do orçamento MPDFT foi distribuída da seguinte forma:



Como em todos os anos, a parcela maior de gastos do MPDFT é destinada a pagamento de pessoal e encargos sociais, face ao desenvolvimento de trabalhos intelectuais dos seus membros e ao apoio especializado a eles destinado.

Verificamos que foi destinado o valor de R\$ 30.171,2 mil para outros custeios e capital, sendo que deste valor foi executado R\$ 29.662,4 mil, havendo um destaque de crédito concedido ao TJDF no valor de R\$ 153,7 mil e sendo contingenciado o valor de R\$ 304,3 mil. Podemos observar que a dotação foi executada quase que em sua totalidade, e apesar de

insuficiente para o atendimento de todas as necessidades do MPDFT, supriu as mais prioritárias para a manutenção do Órgão e para a construção de suas sedes próprias.

2 – RELATÓRIO DAS AÇÕES

2.1- DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO

Este programa de trabalho condensa todos os recursos humanos e materiais de forma a garantir a continuidade das atividades meio e fim do Órgão, bem como atingir sua finalidade precípua: o atendimento ao cidadão.

O demonstrativo abaixo retrata a evolução orçamentária do programa durante o exercício de 2004, podendo ser observada um saldo de recursos da ordem de R\$ 514,2 mil. A sobra verificada ocorreu principalmente devido a não utilização da dotação orçamentária no valor de R\$ 300,0 mil, destinada para realização do concurso de Promotor de Justiça Adjunto pelo MPDFT.

Caso o concurso fosse realizado pelo MPDFT, os recursos somente poderiam ser utilizados quando da arrecadação dos valores financeiros (pagamento das inscrições dos candidatos), visto tratar-se de recursos próprios.

Optou-se, entretanto, por manter a realização do concurso pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do DF e Territórios, ficando a referida dotação orçamentária sem respaldo financeiro.

Demonstrativo Orçamentário	R\$ mil
Dotação inicial	139.284,1
Contingenciamento	0,00
Crédito Suplementar	26.573,1
Lei + Créditos	165.857,2
Total Disponível	165.857,2
Liquidado	163.087,8
Inscritos em Restos a Pagar	2.255,2
Saldo (*)	514,2

2.1.1 PESSOAL ATIVO

O MPDFT executou R\$ 150.751,0 mil nesta rubrica, sendo que a maior parte dos gastos com pessoal foi realizado com pagamento dos vencimentos e vantagens fixas, decisões administrativas e judiciais que geraram pagamento no exercício.

Além das despesas normais, destacamos as despesas que acarretaram pagamento de exercícios anteriores:

- Pagamento referente à parcela de 11,98% pagas com juros e correção monetária a membros e servidores que não haviam recebido;
- Decisões judiciais referentes à incorporação de décimos/quintos;
- Pagamento de anuênios retroativos;
- Pagamento de diferenças salariais diversas;
- Devolução de retenções de tetos remuneratórios indevidos;
- Pagamento de Substituições;
- Abono Variável.

Os quadros a seguir detalham mês a mês os gastos do Ministério Público do DF e Territórios com pessoal ativo no exercício de 2004:

PESSOAL ATIVO RECURSOS LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO DE 2004

R\$ mil

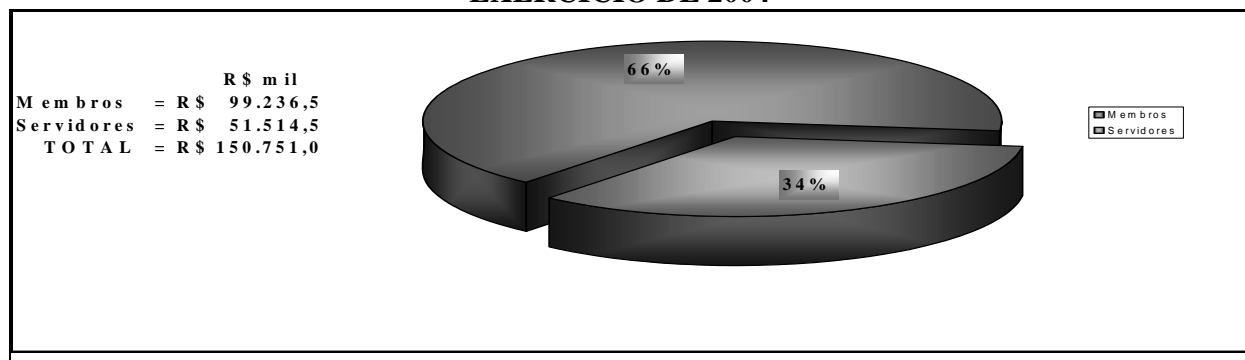
Meses	Benefícios (A)	Vencimentos e Vant. Fixas (B)	Obrigações Patronais (C)	Despesas Variáveis (D)	Exercícios Anteriores (E)	Despesa Requisitados (F)
JAN	240	14.668,09	1.244,12	32,39	1.795,96	0
FEV	720	6.402,17	630,47	68,95	1.800,85	6,74
MAR	720	7.399,12	736,38	62,48	1.787,63	12,13
ABR	1.200	7.680,07	776,02	43,99	1.870,20	1,32
MAI	120	7.548,34	786,93	69,80	1.854,80	6,50
JUN	500	11.590,85	1.748,44	61,28	1.884,01	6,50
JUL	780	8.002,11	1.922,44	60,05	1.842,57	6,91
AGO	0	7.390,35	1.536,16	55,87	1.839,54	6,42
SET	520	7.900,44	1.685,78	53,63	2.077,96	6,42
OUT	780	7.885,65	1.682,57	54,39	1.811,95	6,44
NOV	1.040	11.955,39	3.218,44	65,34	1.800,76	74,61
DEZ	780	8.628,35	2.034,03	44,78	4.469,27	48,41
TOTAL	7,4	107.051,3	18.001,7	672,9	24.835,5	182,4

Discriminação da Despesa	Valor Pago	R\$ mil
		Orçamento executado %
Despesas normais do exercício (A+B+C+D+F)	125.915,5	83,4
Exercícios anteriores (E)	24.835,5	16,4
Total Executado	150.751,0	99,8
Orçamento para 2004 + Créditos	150.824,5	100,0
Saldo Orçamentário	73,5	0,2

No exercício de 2004 foram efetuadas despesas no valor de R\$ 99.236,5 mil com membros e R\$ 51.514,5 mil com servidores, havendo um acréscimo de 6,92% na dotação de pessoal destinada a membros e 14,85% na destinada a servidores, comparativamente à despesa realizada em 2003, que foi de R\$ 92.796,6 mil com membros e R\$ 44.887,4 mil com servidores.

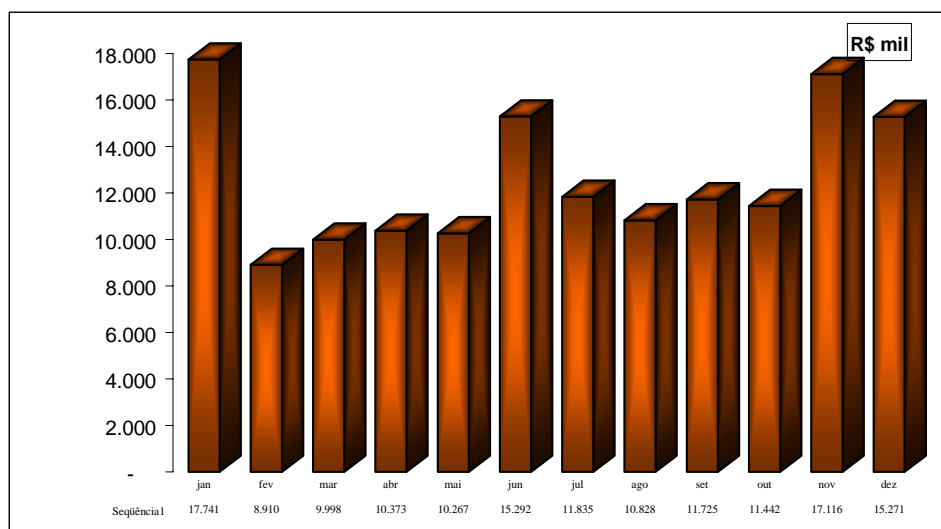
Ressaltamos que houve a implantação da 3ª parcela do Plano de Carreira dos Servidores, prevista na Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002, bem como a antecipação para o mês de novembro de 2004, da 4ª parcela que seria paga somente em fevereiro de 2005, conforme autorização prevista na Lei nº 11.078, de 30 de dezembro de 2004.

DESPESAS COM PESSOAL ATIVO EXERCÍCIO DE 2004



Oportuno se faz mencionar que as nomeações para a carreira de analista e técnico do MPU não geraram impacto financeiro, em virtude das mesmas terem ocorrido somente no dia 30 de dezembro de 2004.

**EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL ATIVO
EXERCÍCIO DE 2004**



A Lei nº 10.771, de 21 de novembro de 2003, previu o preenchimento de cargos efetivos para a carreira de analista e técnico do MPU, das autorizações para nomeação previstas na citada Lei, o MPDFT ficou com um saldo de 27 analistas e 6 técnicos para serem preenchidos no exercício de 2005.

No quantitativo de pessoal ativo houve um acréscimo de 139 pessoas, sendo 18 membros e 121 servidores neste exercício, face as nomeações de Promotores de Justiça Adjuntos, servidores para carreira de analista e técnico do MPU, requisições e nomeações de servidores sem vínculo, representando um acréscimo de 13% em relação ao quadro de 2003. O quadro a seguir demonstra tais variações:

Varição do Quantitativo Físico de Pessoal Ativo

Membros	Unidade		
	Dezembro/03	Dezembro/04	Varição
Procuradores de Justiça	39	39	0
Promotores de Justiça	202	203	1
Promotores de Justiça Adjuntos	76	93	17
Total Geral	317	335	18

Servidores	Unidade		
	Dezembro/03	Dezembro/04	Varição

Quadro Permanente	487	568	81
Requisitados	299	331	32
Lotação Provisória outros Ramos do MPU	11	11	0
Lotação Provisória neste MPDFT	4	6	2
Cedidos a outros Órgãos	13	17	4
Licença sem vencimento	4	4	0
Sem Vínculo	11	13	2
Total Geral	829	950	121

Unidade

Total Ativo	Dezembro/03	Dezembro/04	Varição
Membros/Servidores	1146	1285	139

2.1.2 CERIMONIAL

O Plano Interno aprovou recursos da ordem de R\$ 7,0 mil para a realização desta ação. Os gastos relacionados ao Cerimonial envolveram, principalmente, realizações em prol da concessão de ordem do mérito aos membros e homenagem aos servidores do MPDFT, tendo sido executados em sua plenitude conforme descrição abaixo:

- R\$ 1,8 mil: 75 livros da ordem do mérito;
- R\$ 0,6 mil: montagem e desmontagem de palco;
- R\$ 2,3 mil: contratação de 12 recepcionistas e 1 mestre de cerimônia;
- R\$ 2,3 mil: Locação de painéis para exposição e de totem para solenidade no Edifício-Sede.

2.1.3 DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

A Assessoria de Comunicação Social tem a responsabilidade de assessorar o Procurador-Geral de Justiça, analisar a conveniência e oportunidade da abordagem de temas e concessão de entrevistas, acompanhar e intervir, quando for o caso, nas entrevistas do Procurador-Geral de Justiça, intervir na redação e produção de matérias e telejornais, com o objetivo de resguardar o interesse da Instituição, bem como realizar trabalho de aproximação da Instituição com jornalistas, chefes de redação e assessores de imprensa.

Compete também, propor pautas para mídia relativa à atuação das procuradorias, promotorias e Órgãos do MPDFT, produzir *releases*, notícias, gravar matérias jornalísticas sobre o MPDFT, elaborar a publicação trimestral do MPDFT revista, boletim eletrônico, cobertura fotográfica de eventos e demais informações de divulgação institucional.

A dotação orçamentária da Assessoria de Comunicação Social foi de R\$ 246,1 mil, portanto, 28,42% maior em relação ao exercício de 2003, que foi de R\$ 191,7 mil. Tal fato possibilitou uma maior divulgação institucional, face ao crescimento da Instituição, acarretado por uma maior demanda da sociedade a procura de esclarecimentos e de notícias relacionadas ao MPDFT.

Dentre os trabalhos de divulgação, destacamos um crescimento de *releases*, enquanto no exercício de 2003 foram elaborados 207, no exercício de 2004, foram elaborados 441, um crescimento em torno de 113,04%.

Para a divulgação de eventos dos setores do MPDFT, foram elaborados informativos, para atingir o público alvo indicado pelo solicitante, como: boletim do MPDFT, *folders*, cartilhas e cartazes, *banners* e realizadas contratações de serviços de produção de vídeo, de *clippings* impresso e mídia eletrônica, conforme discriminados a seguir:

Em unidade

Trabalhos de Divulgação	QUANTIDADE
Folders	44.700
Boletim do MPDFT	32.416
Clipping	720
Cartilhas	35.500
Cartazes	6.200
Banneres	9
Filipetas	6.000
Revistinhas	6.000
Revistas	3.142

No decorrer do exercício de 2004 foram produzidos e veiculados dois vídeos institucionais, conforme discriminado abaixo:

- “MP de Portas Abertas”;
- “Memória do MPDFT”.

2.1.4 AÇÕES INSTITUCIONAIS

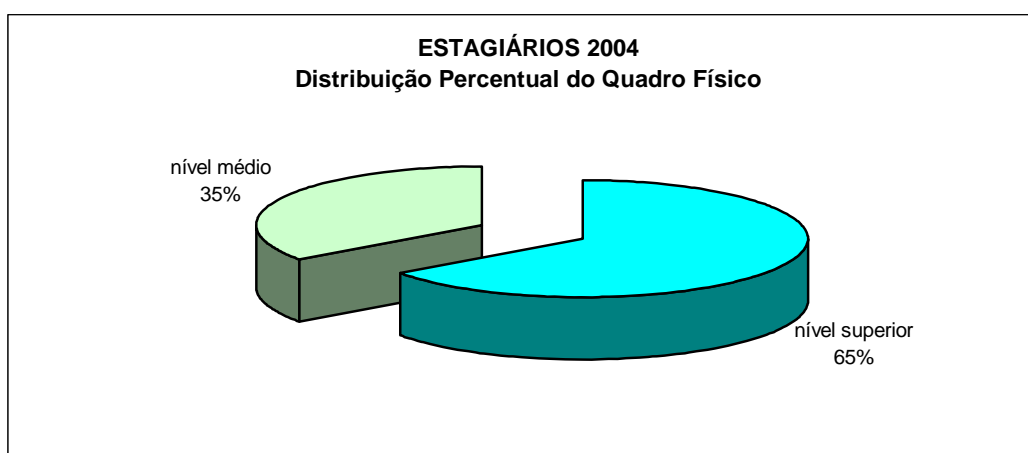
As ações institucionais destinam-se ao apoio a membros e servidores na consecução de suas rotinas, pela concessão de diárias e passagens, ajudas de custos e restituições, pagamento a colaboradores eventuais, estagiários do Órgão, e ainda contempla aquelas despesas que se fazem necessárias no decorrer da realização das atividades do Órgão, mas que, geralmente, não se classificam como rotineiras.

Para este atendimento específico, foram liquidados R\$ 1.723,3 mil, correspondentes a 98,3% da dotação de R\$ 1.746,1 mil destinada a concluir estas tarefas. O valor de R\$ 7,1 mil, inscritos em restos a pagar se refere às seguintes despesas:

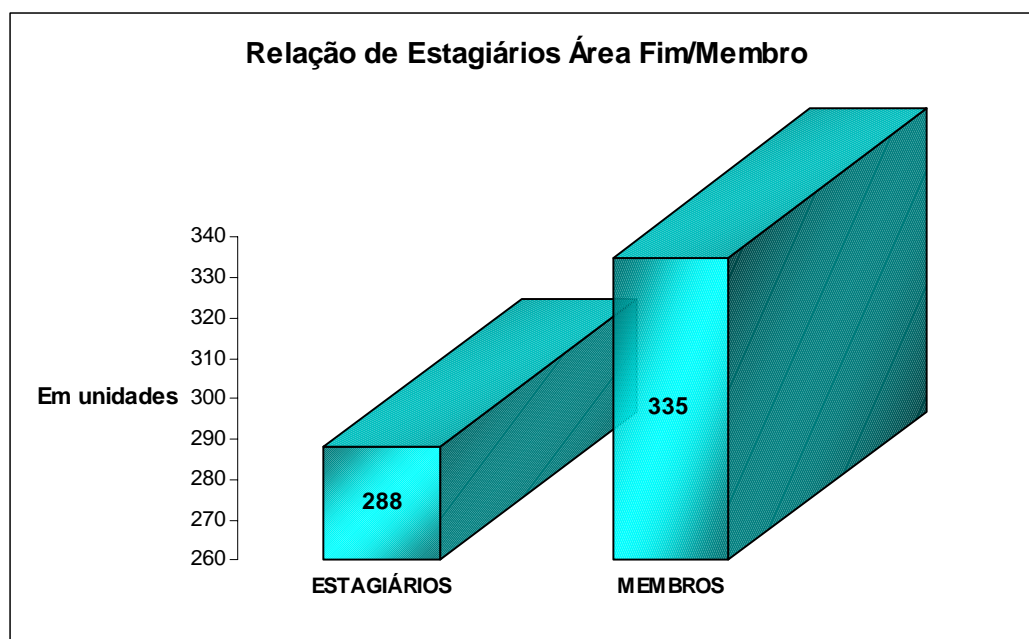
- Confecção de livro R\$ 3,2 mil;
- Crachás R\$ 2,4 mil;
- Passagens R\$ 0,2 mil;
- Seguro de estagiários R\$ 1,3 mil.

É importante salientar a colaboração de, em média, 203 estagiários de nível superior e 109 de nível médio, que além de aprenderem novos conhecimentos, prestam importantes serviços ao Órgão. Essas despesas somaram, no exercício, R\$ 1.204,6 mil perfazendo 99,4% do total destinado a esta ação.

Evidencia-se no gráfico seguinte, o percentual de estagiários de nível médio e superior existentes no Órgão em 2004.



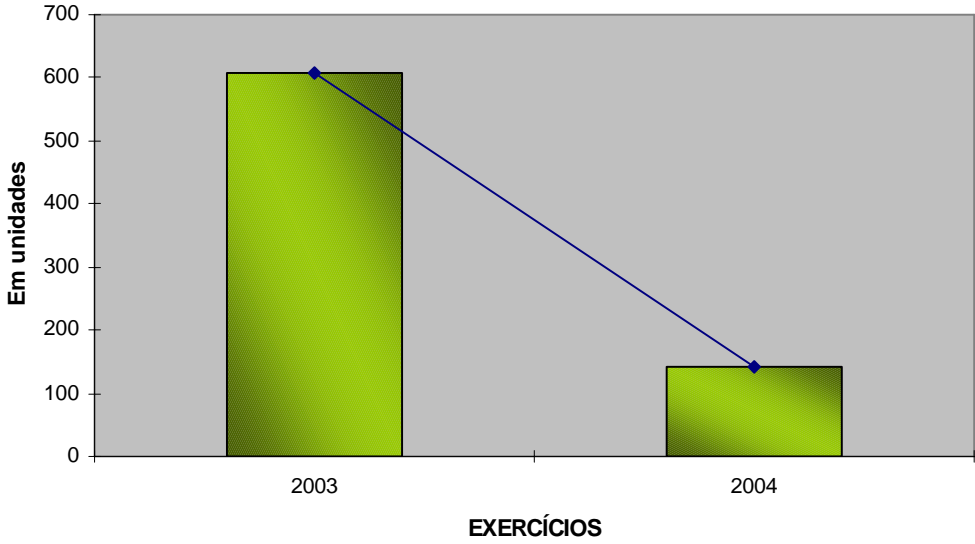
O quadro demonstrativo a seguir evidencia que a meta estabelecida pela Administração Superior, de um estagiário para cada membro, não foi ainda atingida, visto que a relação estagiários/membros, considerando-se que 288 estagiários estão lotados na área fim, atinge 0,85%.



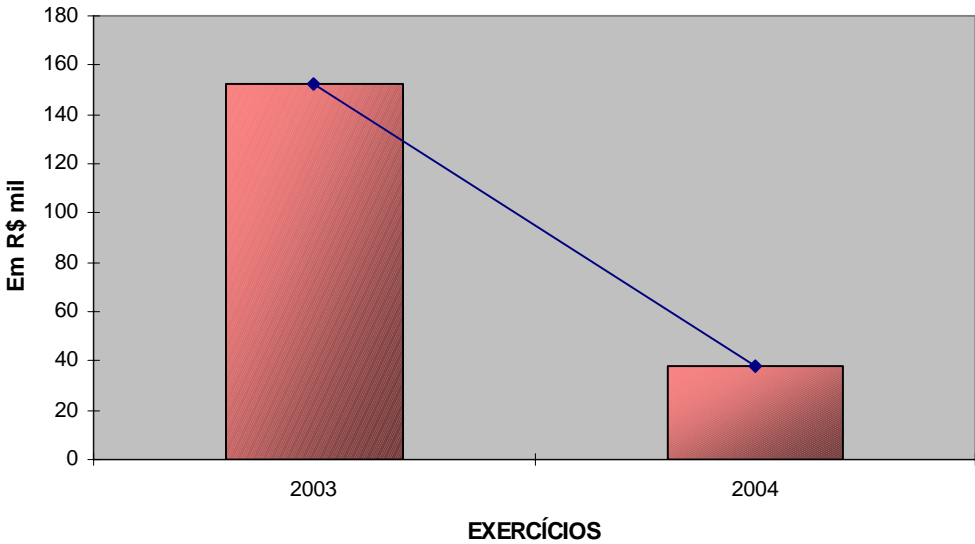
Outra despesa relevante foi a concessão 143 diárias e 185 passagens nos valores de R\$ 37,8 mil e R\$ 154,7 mil respectivamente, permitindo o deslocamento de membros e servidores a eventos e cursos, contribuindo para o aperfeiçoamento e a representação do Órgão na sociedade.

Nota-se que, em relação ao exercício de 2003, houve uma redução significativa nas despesas com diárias em função de determinação no sentido de que o reembolso na diária fosse no valor exato do gasto, mediante comprovação por nota fiscal emitida a favor do MPDFT. Tal fato otimizou os recursos públicos, conforme fica facilmente visualizado nos gráficos seguintes.

QUANTIDADE DE DIÁRIAS CONCEDIDAS



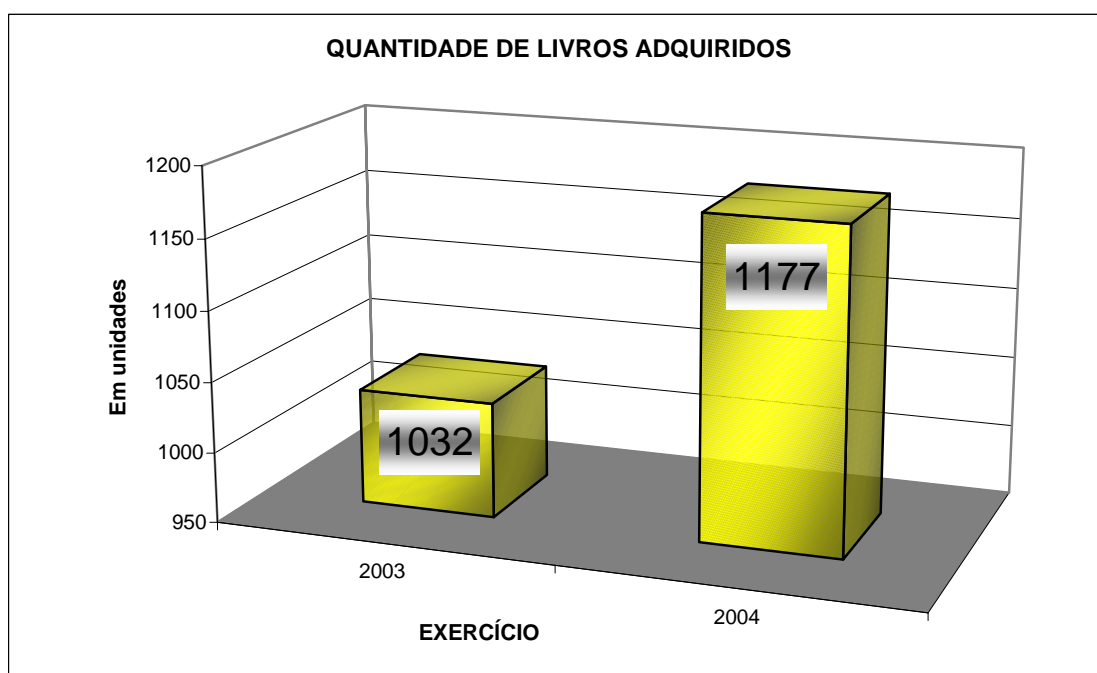
DESPESAS LIQUIDADAS COM DIÁRIAS



2.1.5 LIVROS E PERIÓDICOS

Objetivando munir o Órgão de informações necessárias à execução de suas atividades, foram gastos R\$ 135,8 mil com assinaturas diversas e adquiridos 1.177 livros no valor de R\$ 78,0 mil, totalizando R\$ 213,7 mil, que possibilitaram a realização de 17.497 empréstimos de livros e 3.929 pesquisas no exercício de 2004.

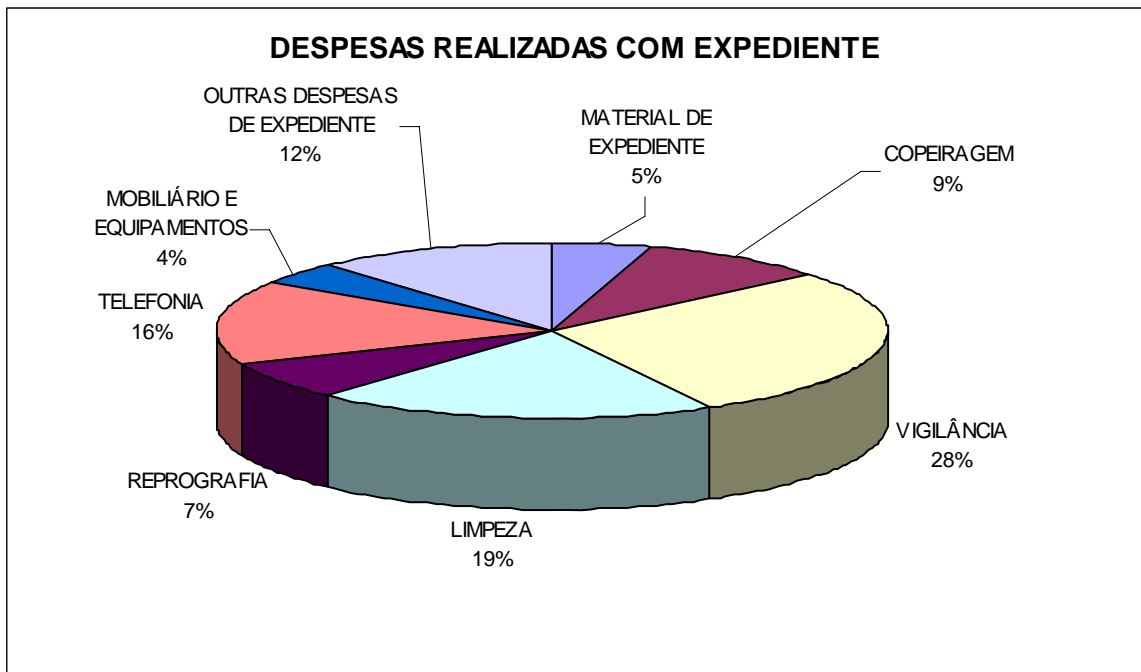
Importante se faz mencionar a preocupação da alta administração do Órgão em especializar a biblioteca, priorizando a aquisição de materiais que possam subsidiar pesquisas voltadas para o MPDFT. Ainda neste contexto, em relação ao exercício anterior, a aquisição de livros foi superior em 14,1% conforme demonstrado abaixo:



2.1.6 EXPEDIENTE

O Expediente envolve todos os dispêndios diretamente ligados ao abastecimento diário do MPDFT, no que se relaciona a materiais e serviços imprescindíveis à execução das atividades das diversas áreas do Órgão. Foram liquidados R\$ 5.237,3 mil, sendo destacadas a seguir as despesas de maior vulto:

- Material de Expediente R\$ 254,1 mil;
- Copeiragem R\$ 481,7 mil;
- Vigilância R\$ 1.500,0 mil;
- Limpeza R\$ 1.032,2 mil;
- Reprografia R\$ 364,6 mil;
- Telefonia R\$ 825,7 mil;
- Mobiliário e Equipamentos R\$ 228,9 mil;
- Outros R\$ 614,1 mil.



A seguir, realizou-se comparativo dos itens citados mais relevantes deste Plano Interno em relação ao exercício de 2003:

**COMPARATIVO DOS ITENS DE MAIOR
RELEVÂNCIA EM EXPEDIENTE 2004/2003**

Em R\$ mil

ITENS	EXERCÍCIO		%
	2003 (A)	2004 (B)	2004/2003 (C=B/A)
Material de Expediente	283,7	254,1	(10,4)
Copeiragem	357,8	481,7	34,6
Vigilância	920,3	1.500,0	63,0
Reprografia	332,6	364,6	9,6
Telefonia	780,5	825,7	5,8
Mobiliário e Equipamento	230,5	228,9	(0,7)
Limpeza	779,2	1.032,2	32,5
TOTAL	3.684,6	4.687,2	27,2

O quadro acima evidencia o aumento considerável observado nas despesas relacionadas à copeiragem, vigilância e limpeza, crescimento este decorrente da inauguração do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça na Circunscrição Judiciária do Gama, originando despesas com as contratações de garçons, copeiras e auxiliares de limpeza, bem como face a reajustes de valores previstos nos contratos.

2.1.7 MANUTENÇÃO DA FROTA

Para a manutenção da frota do MPDFT foram gastos R\$ 378,3 mil referentes ao abastecimento e manutenção de 66 veículos, que percorreram 868.823 km na realização de tarefas diárias do Órgão.

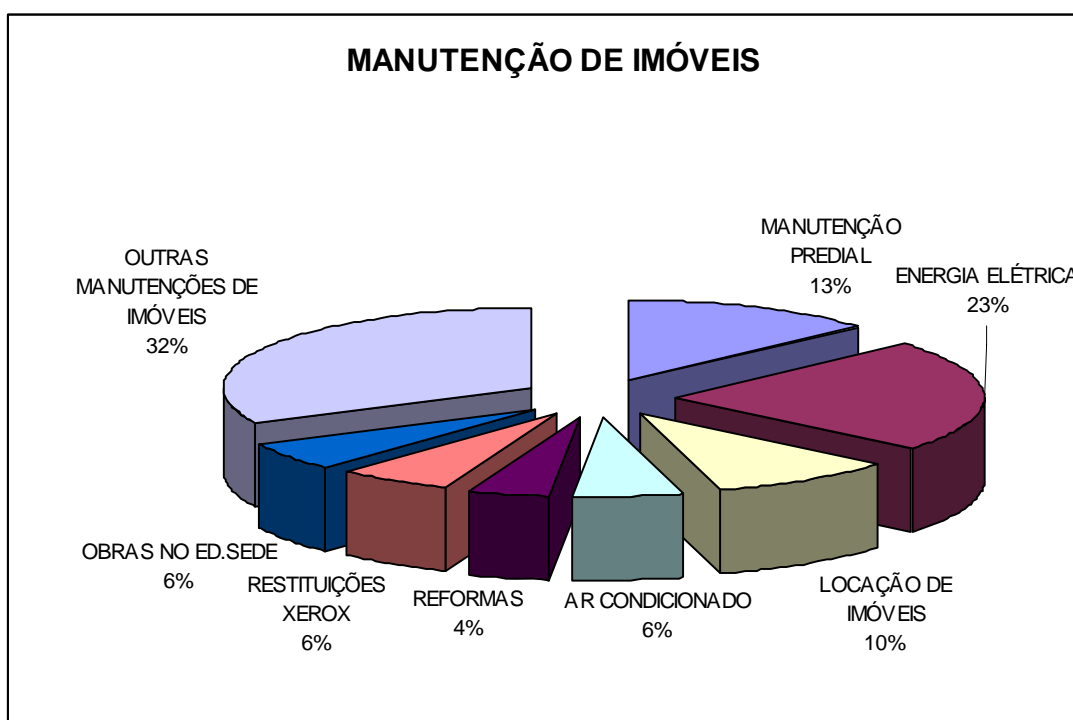
Com a finalidade de execução de serviços, foram adquiridos 3 veículos da marca GM, modelo Corsa Sedan, no valor de R\$ 67,4 mil.

Comparativamente ao exercício anterior, que obteve recursos da ordem de R\$ 387,7 mil, observa-se um aumento de recursos da ordem de 16,9% neste Plano Interno.

2.1.8 MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS

A Manutenção de Imóveis trata de todos os serviços indispensáveis à conservação do patrimônio imobiliário do Órgão. O Plano Interno destinou R\$ 3.747,3 mil, sendo executados R\$ 3.703,2 mil traduzidos nas principais despesas, visualizadas no gráfico seguinte.

- Manutenção Predial R\$ 583,4 mil;
- Energia Elétrica R\$ 985,5 mil;
- Locação de Imóveis R\$ 420,0 mil;
- Ar condicionado R\$ 242,9 mil;
- Reformas R\$ 189,9 mil;
- Manutenção do Edifício Xerox R\$ 256,6 mil;
- Obras no Edifício-Sede R\$ 251,0 mil.
- Outros R\$ 1.401,4 mil.



2.1.9 INFORMÁTICA

Este Plano Interno trata especificamente do desenvolvimento tecnológico da organização, baseado em desenvolvimento de sistemas, obtenção de *software*, equipamentos, acessórios, materiais de consumo, relacionados a processamento de dados, bem como a manutenção de equipamentos, e ainda, o atendimento aos usuários finais dos serviços, buscando promover todos os meios necessários para que o MPDFT atenda, da melhor forma possível, as necessidades da sociedade do Distrito Federal e cidades do entorno .

No exercício de 2004, foram adquiridos 582 microcomputadores, um acréscimo em termos percentuais de 619,1% em relação ao exercício de 2003, quando foram adquiridos 94 microcomputadores.

A dotação destinada para informática no exercício de 2004 foi de R\$ 3.026,8 mil, enquanto no exercício de 2003 foi de R\$ 1.879,5 mil, havendo um acréscimo de 61,04%, sendo que para aquisição de microcomputadores houve um acréscimo de 372,95% em relação à dotação do exercício de 2003, fato que possibilitou a aquisição dos computadores acima mencionados.

Observamos também um acréscimo considerável na aquisição de impressoras, sendo adquiridas 146 impressoras no exercício de 2004 e 33 no exercício de 2003, havendo uma variação percentual de aproximadamente 443% em relação ao exercício de 2003.

Na dotação destinada à aquisição de impressoras verificamos um acréscimo de 70,11%, sendo a dotação para 2004 de R\$ 65,8 mil, enquanto a dotação para 2003, foi de R\$ 38,7 mil.

O quadro a seguir, retrata o número de atendimentos ao usuário, considerada a idade dos microcomputadores.

**NÚMERO DE ATENDIMENTOS POR IDADE DO
PARQUE COMPUTACIONAL EM 2004**

Idade do equipamento	Em unidades	
	Nº de atendimentos internos	Nº de atendimentos externos
Menos de 1 ano	256	23
1 ano	513	71
2 anos	1.512	213
3 anos	1.693	141
4 anos	669	69
5 anos	337	22
6 anos	4.757	239
7 anos	147	14
8 anos	632	40
9 anos	275	55
10 anos	412	22
11 anos	1	0
Total	11.204	909

O Departamento de Modernização Administrativa desenvolveu e implantou os seguintes *softwares* no exercício de 2004:

- **SISPROADM Web** – Desenvolvimento em plataforma Web do sistema de controle de processos administrativos;
- **CADDS** – Sistema de controle de atividades desenvolvidas na Divisão de Desenvolvimento de Sistemas;
- **EVENTOS** – Sistema parametrizado para a inscrição de eventos na Internet/Intranet, por exemplo, palestras e cursos;
- **PLANABEN** – Módulo de emissão de carteiras com foto;
- **AVISO SUBSTITUIÇÃO** – Sistema de aviso de substituição e remoção de membros, via internet;
- **OUVIDORIA** – Sistema de controle de solicitações da ouvidoria do MPDFT;
- **NOTIFICAÇÃO DE MEMBROS** – Sistema de notificação via e-mail dos membros consultando o banco de dados de estatística de processos judiciais;
- **PREVLER** – Sistema de prevenção à DORT;

- **CAOCRIM;**
- **CONVÊNIOS** – Sistema de controle de convênios institucionais;
- **QUESTIONÁRIOS** – Sistema parametrizado de elaboração de questionários via intranet.

2.2 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO MPU

Este Plano Interno é destinado à qualificação técnica-profissional de membros e servidores, buscando um melhor aprimoramento das atividades desenvolvidas, incluindo palestras motivacionais, cursos internos e externos e cursos de pós-graduação.

Verificamos que no final do exercício de 2004, o Plano Interno contemplava recursos da ordem de R\$ 449,9 mil para a Capacitação de Recursos Humanos no MPDFT que, comparativamente ao do exercício de 2003, representou um pequeno decréscimo da ordem de aproximadamente 3%, uma vez que a dotação no Plano Interno no final daquele exercício foi de R\$ 465,7 mil.

Dando continuidade ao Programa de Gestão de Competências e Habilidades, informamos a seguir as palestras realizadas bem como o número de participantes e o custo unitário:

Data	Evento	Palestrante	Valor em R\$ mil	Número de Participantes
17/02/04	Palestra “Comunicação” -	Carlos Heitor Cony	5,3	263
23/03/04	Palestra “Não sabendo que era impossível ele foi lá e fez”.	Steven Dubner	3,6	316
24/03/04	Palestra “O Stress a seu favor”	Susan Andrews	3,5	204
26/03/04	Palestra “Relações Interpessoais”	Edina Bom Sucesso	5,0	120
25/03/04	Palestra “Dort/Ler	Márcio Salles	2,0	58
26/04/04	Palestra “Felicidade”	Eduardo Giannetti	8,0	170
			29,4	1.131

Relativamente a indenizações e/ou ressarcimento de diárias, foram atendidos 59 integrantes do MPDFT, totalizando o valor de R\$ 45,4 mil.

No exercício de 2004, foram concluídos 12 cursos de pós-graduação, sendo 4 para membros e 8 para servidores, cursos estes que iniciaram-se em 2003, num total de R\$ 34,0 mil.

Foram deferidos mais 21 cursos no decorrer do exercício de 2004, a um custo de R\$ 93,8 mil.

Do total de cursos de pós-graduação, 16 cursos foram ministrados para membros, representando 48,5% do total de cursos e 17 para servidores, representando 51,5%, sendo que dos cursos ministrados para servidores, 39,4% foram destinados à área meio e 60,6% à área fim.

A Portaria PGR nº 2.203, de 09 de dezembro de 2004, estabelece no art. 12 que ficam destinados 35% dos recursos previstos no programa de trabalho – Capacitação de Recursos Humanos para o custeio de cursos de pós-graduação. O custo total dispendido com cursos de pós-graduação no exercício de 2004 foi de R\$ 127,9 mil, portanto dentro do limite estabelecido, ou seja, R\$ 157, 5 mil, uma vez que a dotação total foi de R\$ 449,9 mil.

No exercício de 2004 foram realizados 76 eventos de capacitação, sendo 52 externos e 24 internos, que beneficiaram 1.834 pessoas, 341 membros e 1.493 servidores.

Destacamos também o projeto FALE (Facilitando o Aprendizado de Língua Estrangeira), que propiciou aulas de inglês para 7 turmas com 114 alunos inscritos, dos quais 60 concluíram o semestre, refletindo no pagamento de R\$ 30,2 mil a instrutores internos.

Demonstrativo Orçamentário	R\$ mil
Dotação inicial	450,0
Contingenciamento	0,00
Crédito Suplementar	(0,1)
Lei + Créditos	449,9
Total Disponível	449,9
Liquidado	439,4
Inscritos em Restos a Pagar	9,7
Saldo	0,8

2.3 - ASSISTÊNCIA MÉDICO-AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICA

2.3.1 ATENDIMENTO AMBULATORIAL

Este serviço tem por finalidade controlar e acompanhar os serviços de assistência médico-odontológica, de enfermagem, psicológica e social, prestados aos membros e servidores do Ministério Público do Distrito Federal .

Neste ano foram destinados recursos da ordem de R\$ 26,0 mil para este Plano Interno. Comparativamente ao ano de 2003, observamos que os recursos foram menores em aproximadamente 35%, uma vez que a dotação para aquele exercício foi de R\$ 34,3 mil.

Comparando o número de procedimentos realizados, podemos verificar que houve um acréscimo no total de procedimentos de enfermagem, sendo que no exercício de 2003 houveram 6.817 atendimentos e no exercício de 2004 um total de 7.280.

Quanto aos procedimentos médicos houve um pequeno acréscimo, sendo computado no exercício de 2003 um total de 2.503 atendimentos contra 2.580 em 2004.

A maior variação observada foi no atendimento odontológico, o qual apresentou uma considerável redução de 5.802 atendimentos no exercício de 2003, comparativamente aos 2.270 do exercício de 2004.

Englobando todos os serviços prestados tivemos no exercício de 2003 um total de 15.122 procedimentos e no exercício de 2004 o total de 12.130.

2.3.2 ATENDIMENTO MÉDICO E ODONTOLÓGICO

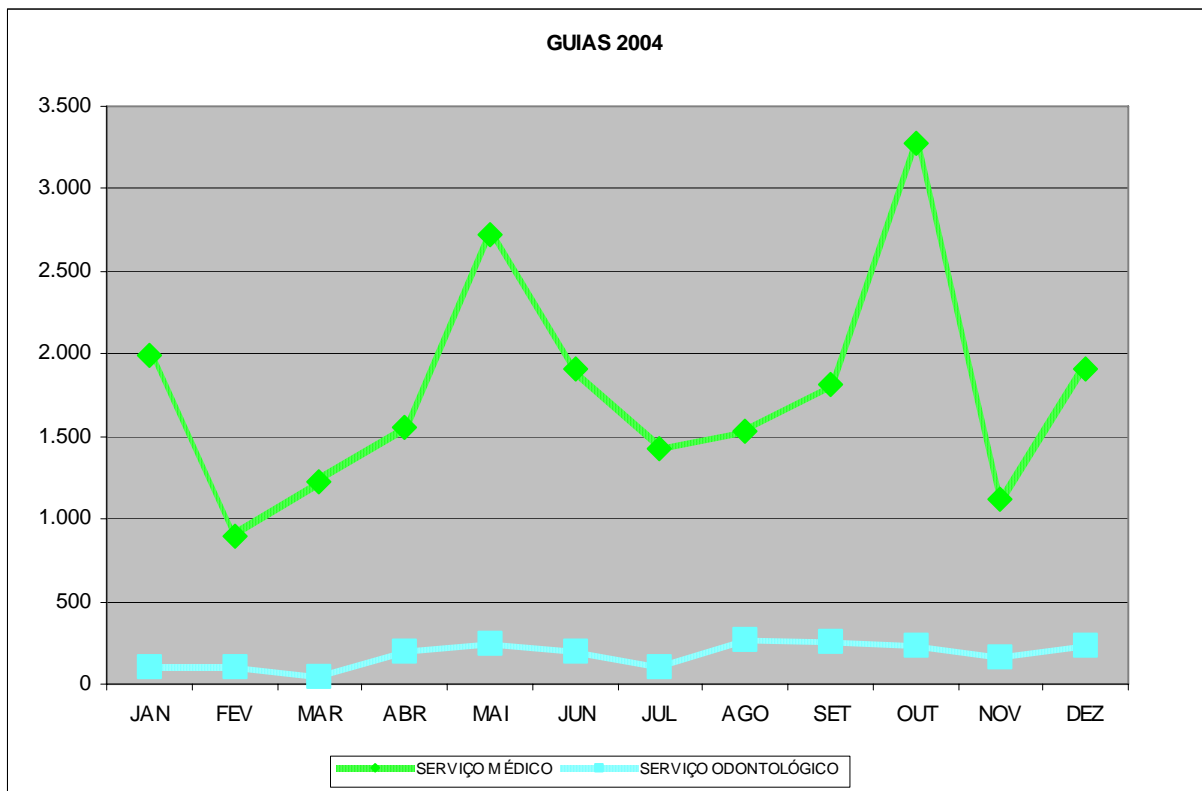
Estão reunidos aqui todos os recursos destinados ao custeio parcial dos serviços médicos e odontológicos para membros e servidores, bem como a indenização com os mesmos. O custeio parcial se dá pelo fato de o orçamento utilizado neste Plano Interno ser composto por contribuições, recursos do Tesouro Nacional e ainda ser acrescido pela participação no custeio efetuado na folha do beneficiário que utilizou o serviço.

Para o pagamento de 21.380 guias médicas e 2.188 guias odontológicas, nas mais diversas especialidades, atendendo, em média, aos 887 titulares e 1.696 dependentes, foram utilizados a totalidade dos recursos recebidos do Tesouro Nacional (R\$ 1.138,2 mil), recursos

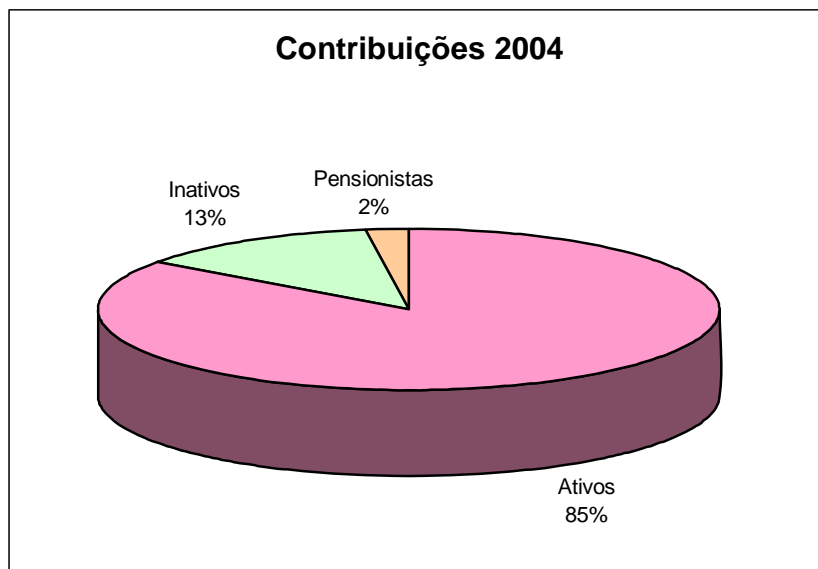
Próprios do Planassiste (R\$ 723,3 mil) e participação no custeio de membros/servidores (R\$277,1 mil).

Abaixo demonstramos as guias pagas e respectivas especialidades bem como o fluxo de guias emitidas por tipo de atendimento.

Em unidade	
TIPO DE SERVIÇO	Nº GUIAS
SERVIÇO MÉDICO	21.380
Acupuntura	29
Anestesia	141
Cirurgia	149
Consultas	10.071
Eletroencefalografia	27
Endoscopia	70
Exame de laboratório	3.302
Exame radiológico	2.514
Fonoaudiologia	120
Internação clínica/cirúrgica	241
Mamografia	1
Medicina nuclear/radioterapia/quimioterapia	9
Outros	2.946
Pequeno ato cirúrgico	56
Psicologia	274
Ressonância magnética	6
Tabela SBH	324
Tomografia Computadorizada	
Tratamento Clínico	926
Tratamento fisiátrico e reabilitação	174
SERVIÇO ODONTOLÓGICO	2.188
Atendimento inicial-diagnóstico	
Cirurgia (exodontia)	16
Consulta	645
Dentística	456
Endodontia	66
Odontopediatria	289
Ortodontia	
Perícia	10
Periodontia	112
Prevenção	40
Prótese	
Radiologia	554
Teste e exames de laboratório	



O Planassiste encerrou o exercício de 2004 com um total de R\$ 6.631,0 mil em caixa, sendo agregadas durante o ano receitas pelas contribuições de, em média, 914 contribuintes, no valor de R\$ 1.893,5 mil, dos quais R\$ 1.611,0 mil provenientes de pessoal ativo, R\$ 239,7 mil de pessoal inativos e R\$ 42,6 mil de pensionistas, demonstradas, percentualmente, no gráfico abaixo.



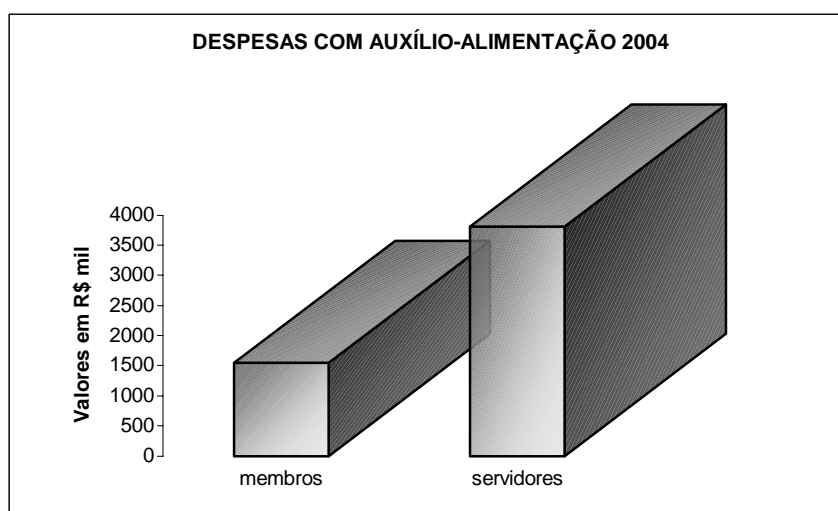
Demonstrativo Orçamentário	R\$ mil
Dotação inicial	1.130,2
Contingenciamento	0,00
Crédito Suplementar	34,0
Lei + Créditos	1.164,2
Total Disponível	1.164,2
Liquidado	1.164,2
Inscritos em Restos a Pagar	
Saldo	0,0

2.4 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

A Lei Orçamentária nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, destinou recursos da ordem de R\$ 5.400,0 mil para o subsídio das despesas de refeição, de acordo com a Lei nº 8.460/92, em seu art. 22, com redação dada pela Lei nº 9.527/97, de em média 337 membros e 820 servidores.

Em outubro o valor recebido por beneficiário sofreu majoração de R\$ 21,00 por intermédio da Portaria PGR nº 578, de 5 de outubro de 2004, com efeitos financeiros a partir de setembro.

Do total recebido, foram liquidados R\$ 5.356,4 mil, sendo R\$ 1.547,6 mil para membros e R\$ 3.808,8 mil para servidores, correspondentes a 99,2% do total percebido. Abaixo demonstra-se graficamente os valores gastos com membros e servidores.



Demonstrativo Orçamentário	R\$ mil
Dotação inicial	5.400,0
Contingenciamento	0,00
Crédito Suplementar	0,00
Lei + Créditos	5.400,0
Total Disponível	5.400,0
Liquidado	5.356,4
Inscritos em Restos a Pagar	0,0
Saldo	43,6

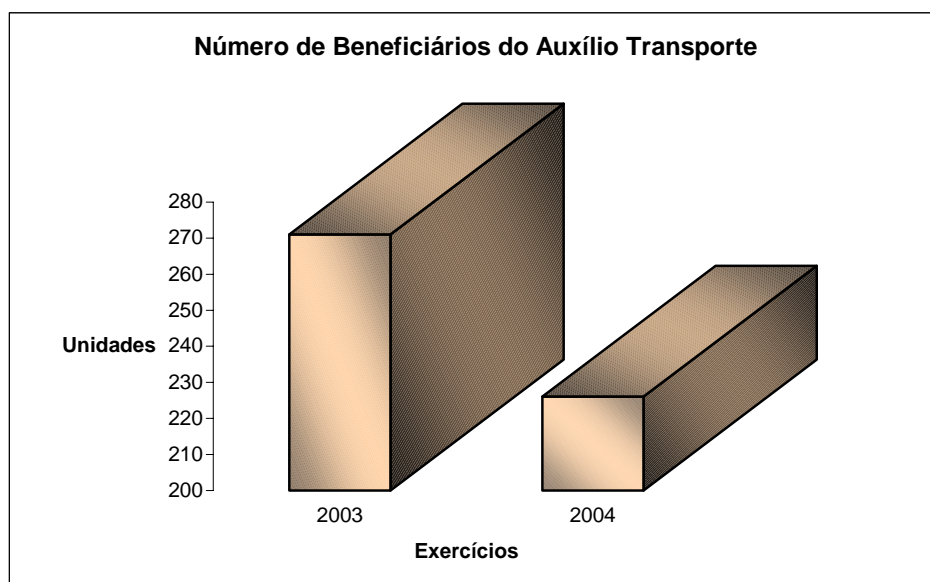
O saldo de recursos observado, conforme já salientado, refere-se a previsão de ingresso de servidores em 2004 que teriam direito à percepção do benefício, mas que só foram empossados em 30 de dezembro de 2004, não acarretando impacto financeiro.

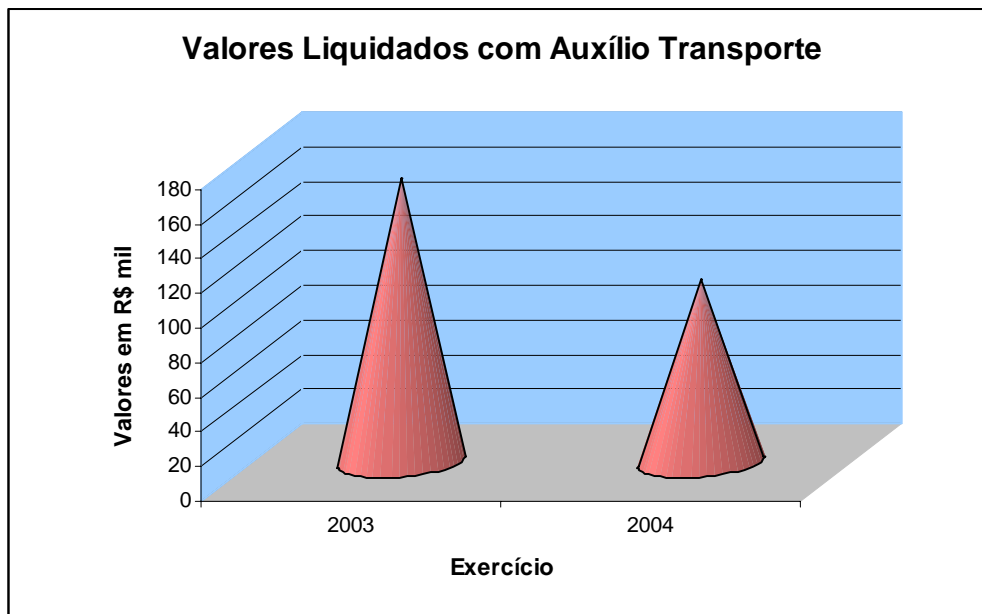
2.5 – AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

A Portaria PGR nº 869, de 28 de dezembro de 1998, concedeu o custeio parcial de despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual aos servidores em exercício efetivo no MPU, para o deslocamento da residência ao local de trabalho e vice-versa.

A Lei Orçamentária Anual destinou R\$ 366,2 mil para o exercício de 2004. Deste total foram remanejados R\$ 232,0 mil, por intermédio da Lei nº 11.010, de 17 de dezembro de 2004, com o objetivo de atender outras necessidades prementes, restando uma dotação de R\$ 134,2 mil. Deste montante do Plano Interno foram utilizados R\$ 105,3 mil para o atendimento de 226 beneficiários.

A implantação das últimas parcelas do Plano de Cargos e Salários, fez com que, em determinados casos, o desconto superasse o valor recebido, não compensando a utilização do auxílio, razão pela qual, observou-se, neste exercício, a diminuição do número de pessoas beneficiadas e conseqüentemente dos valores executados, comparativamente ao exercício de 2003, motivando sobra orçamentária, conforme demonstram os gráficos e a tabela a seguir:





Demonstrativo Orçamentário	R\$ mil
Dotação inicial	366,2
Contingenciamento	0,00
Crédito Suplementar	(232,0)
Lei + Créditos	134,2
Total Disponível	134,2
Liquidado	105,3
Inscritos em Restos a Pagar	0,0
Saldo	28,9

Da mesma forma, o saldo observado deve-se a não concretização, na data inicialmente prevista, do ingresso de servidores em 2004.

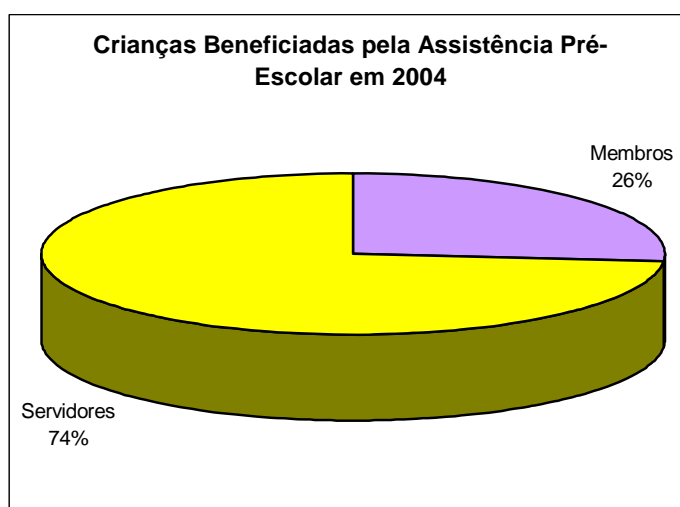
2.6 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS

A assistência pré-escolar tem por objetivo o auxílio a membros e servidores nas despesas com berçário, creche, maternal, jardim de infância e pré-escola, dos seus dependentes até os 6 anos de idade, conforme consolida a Portaria PGR nº 597, de 8 de novembro de 1984.

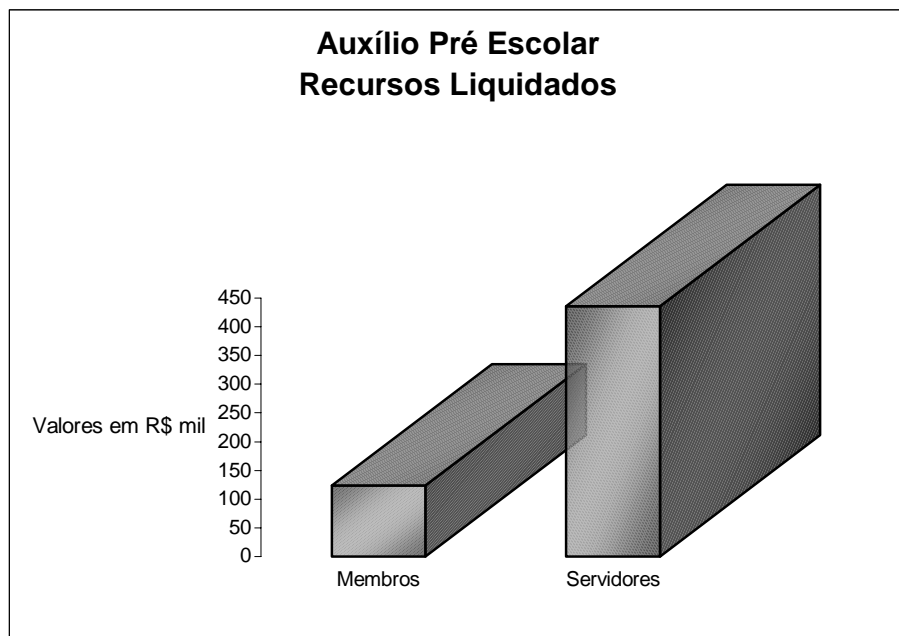
O valor do auxílio foi fixado em R\$ 150,00 pela Portaria PGR nº 579, de 5 de outubro de 2004, com efeitos a partir de outubro, significando um aumento percentual de 11,1% no valor do benefício

Os recursos aprovados na Lei Orçamentária nº 10.837/2004 de R\$ 695,6 mil, sofreram decréscimo de R\$ 128,0 mil, restando R\$ 567,6 mil para a execução das despesas do ano.

Neste exercício, foram beneficiadas 397 crianças, sendo 105 dependentes de membros e 292 dependentes de servidores, conforme gráfico a seguir.



Foram atendidos 75 membros e 225 servidores, que demandaram recursos da ordem de R\$ 123,5 mil e R\$ 435,8 mil respectivamente, totalizando R\$ 559,3 mil, 98,5% do orçamento para o exercício, que estão representados a seguir:



Demonstrativo Orçamentário	R\$ mil
Dotação inicial	695,6
Contingenciamento	0,00
Crédito Suplementar	(128,0)
Lei + Créditos	567,6
Total Disponível	567,6
Liquidado	559,3
Inscritos em Restos a Pagar	
Saldo	8,3

2.7 - PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA

No decorrer do exercício de 2004, foram realizadas despesas relativas aos proventos, à pensão civil, ao adiantamento e à quitação de 13º salário, às decisões administrativas e judiciais.

Inicialmente a dotação para pagamento de pessoal inativo e pensionistas foi de R\$ 49.472,2 mil, sendo posteriormente alterada por créditos suplementares, autorizados pela

Lei nº 10.975, de 3/12/2004 e Portaria PGR nº 727, de 15/12/2004, totalizando, ao final do exercício, o montante de R\$ 38.385,0 mil.

Demonstrativo Orçamentário	R\$ mil
Dotação inicial	49.472,2
Contingenciamento	0,00
Crédito Suplementar	(11.087,2)
Lei + Créditos	38.385,0
Total Disponível	38.385,0
Liquidado	38.244,5
Inscritos em Restos a Pagar	0,0
Saldo	140,5

O saldo orçamentário foi em razão de projeções realizadas considerando um número maior de aposentadorias no decorrer do exercício, fato este que não se concretizou.

Além das despesas normais, destacamos as despesas que acarretaram pagamento de exercícios anteriores:

- Pagamento referente à parcela de 11,98% pagas com juros e correção monetária a membros e servidores que não haviam recebido;
- Decisões judiciais referente à incorporação de décimos/quintos;
- Pagamento de anuênios retroativos;
- Pagamento de vantagem pessoal relativa aos art. 184, Lei nº 1.711/52 e art. 232, Lei Complementar nº 75/93;
- Pagamento de licença-prêmio em pecúnia por motivo de aposentadoria;
- Pagamento de diferença de proventos diversos;
- Pagamento de diferença de Auxílio-Funeral;
- Abono Variável.

Os quadros a seguir detalham, mês a mês, os gastos do MPDFT com pessoal inativo e pensionistas no exercício de 2004:

RECURSOS LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO DE 2004

R\$ mil			
Meses	Benefícios (A)	Proventos / Pensão Civil (B)	Exercícios Anteriores (D)
JAN	0	2.132,4	764,58
FEV	0	2.198,8	749,23
MAR	5,7	2.196,1	701,13
ABR	0	2.193,7	753,21
MAI	0	2.223,0	779,31
JUN	0	3.307,1	775,98
JUL	0	2.191,4	735,91
AGO	48,9	2.088,5	774,04
SET	0	2.211,4	916,03
OUT	0	2.164,9	772,46
NOV	0	3.210,0	782,75
DEZ	0	2.315,1	1.252,99
TOTAL	54,6	28.432,3	9.757,6

R\$ mil

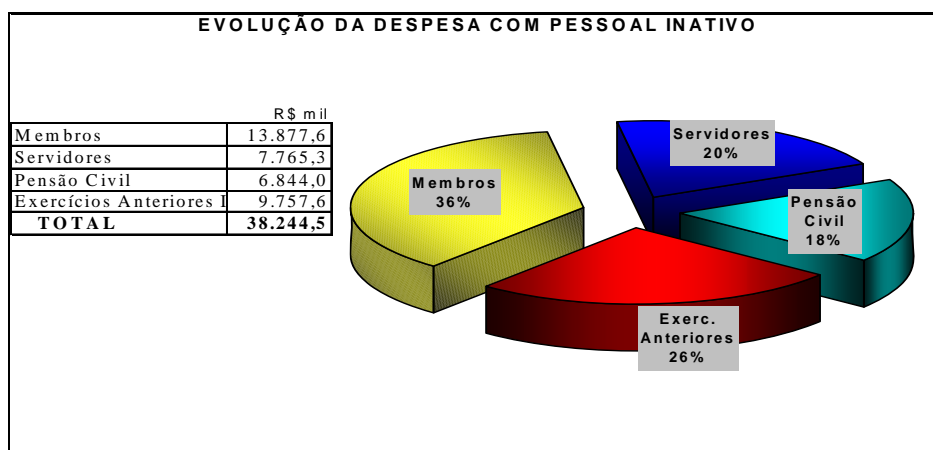
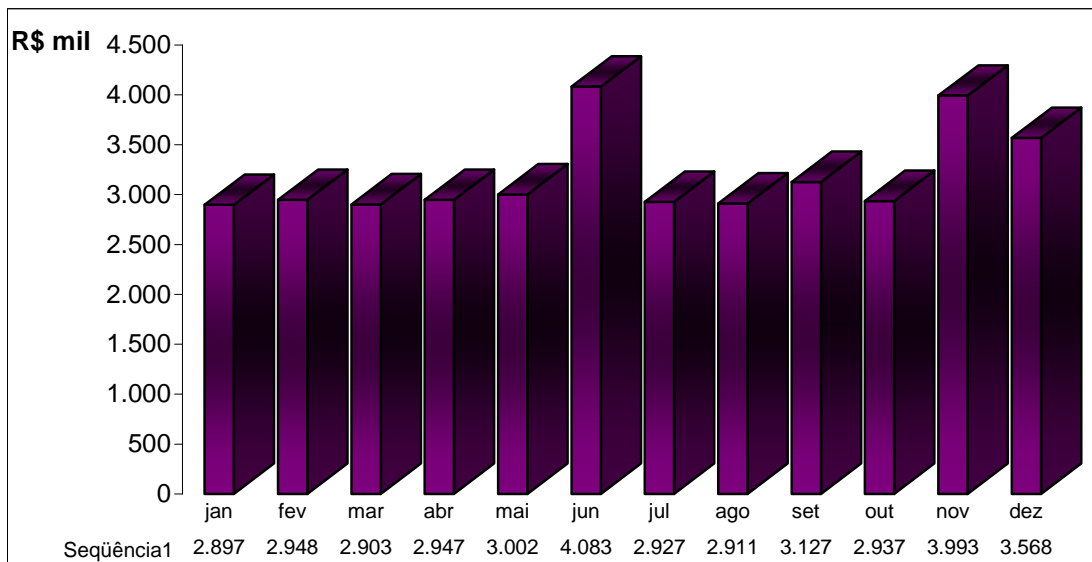
Discriminação da Despesa	Valor Pago	Orçamento executado %
Despesas normais do exercício (A+B)	28.486,9	74,2
Exercícios anteriores (D)	9.757,6	25,4
Total Executado	38.244,5	99,6
Orçamento para 2004 + Créditos+ Provisões	38.385,0	100,0
Saldo Orçamentário	140,5	0,4

As despesas com pessoal inativo e pensionistas somaram durante o ano o montante de R\$ 38.244,5 mil, sendo R\$ 21.642,9 mil com inativos, R\$ 6.844,0 mil com pensão civil e R\$ 9.757,6 mil de exercícios anteriores.

Em relação ao pagamento de inativos, R\$ 13.877,6 mil foram destinados a pagamento de membros e R\$ 7.765,3 mil a pagamento de servidores.

Quanto às despesas de exercício anteriores, que representaram R\$ 9.757,6 mil, a maior parte refere-se ao pagamento, devido aos membros, do valor do Abono Variável, instituído pela Lei nº 10.477, de 27 de junho de 2002.

QUADRO DAS DESPESAS COM PESSOAL INATIVO E PENSÃO CIVIL



EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA – EXERCÍCIO DE 2004

O quadro a seguir evidência o quantitativo físico de inativos e pensionistas, comparativamente ao exercício de 2003.

Quantitativo Físico de Inativo

Membros	Dezembro/03	Dezembro/04	Varição
Procuradores e Promotores	60	63	3
Total Geral	60	63	3
Servidores	Dezembro/03	Dezembro/04	Varição
Servidores	72	72	0
Total	72	72	0
Total Inativos/Pensão	Dezembro/02	Dezembro/03	Varição
Membros/Servidores	132	135	3

Quantitativo Físico de Pensionistas

Membros	Dezembro/03	Dezembro/04	Varição
Procuradores e Promotores	35	35	0
Servidores	Dezembro/03	Dezembro/04	Varição
Servidores	24	25	1
Total Geral	59	60	1

2.8 –CONSTRUÇÃO DO ED.SEDE DA PROMOTORIA DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

A Lei Orçamentária Anual destinou inicialmente recursos da ordem de R\$ 2.045,2 mil para este projeto. Posteriormente, mediante a Portaria PGR nº 619, de 19 de outubro, e a Lei nº 11.010, de 18 de dezembro de 2004, houve uma suplementação de R\$ 50,0 mil e R\$ 339,7 mil respectivamente, totalizando, ao final , R\$ 2.434,8 mil.

Para o atendimento do que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, em função das receitas arrecadadas pelo Governo Federal terem sido inferiores à expectativa, foi necessário o contingenciamento de R\$ 304,3 mil, restando para execução R\$ 2.130,5 mil.

A dotação disponível foi 100% liquidada, tornando concluídos 53,7% dos serviços relacionados a obra, os demais estão detalhados a seguir, com os respectivos percentuais executados acumulados, e que podem ser visualizados nas fotos :

- Serviços Gerais: 72,89%;
- Instalações: 52,91%;
- Elevador: 90,56%;
- Esquadrias: 59,97%;
- Revestimentos: 51,63%;
- Soleiras, Rodapés e Peitoris: 20,43%;
- Vidros: 42,76%;
- Tratamentos: 96,53%;

- Pavimentação: 75,95%;
- Pintura: 35,20%;
- Elementos Decorativos: 3,73%;
- Limpeza: 72,15%;
- Urbanização: 57,13%.



Demonstrativo Orçamentário

R\$ mil

Dotação inicial	2.045,2
Contingenciamento	(304,3)
Crédito Suplementar	389,6
Lei + Créditos	2.130,5
Total Disponível	2.130,5
Liquidado	1.980,5
Inscritos em Restos a Pagar	150,0
Saldo	0,00

2.9 -CONSTRUÇÃO DO ED. SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA EM PLANALTINA

A Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, destinou R\$ 1.500,0 mil para a consecução desta obra, que foram acrescidos de R\$ 650,0 mil autorizados pela Lei nº 11.010/2004 e Portaria PGR nº 619/2004, ficando a dotação final com R\$ 2.150,0 mil.

No exercício corrente foram liquidados 100% dos recursos disponibilizados, correspondentes a 39,1% do valor total da obra e referentes às ações descritas abaixo, acompanhadas do percentual dos serviços realizados em 2004:

- Projetos: 100,00%;
- Serviços Gerais: 49,96%;
- Preparações do Terreno: 1,67%;
- Fundações: 31,52%;
- Estrutura de Concreto: 99,99%;
- Instalações: 12,50%;
- Elevador: 77,54%;
- Paredes: 27,62%;
- Revestimentos: 24,66%;
- Tratamentos: 42,71%;
- Pavimentação: 65,74%;
- Limpeza: 36,00%.

As fotos seguintes demonstram o estágio da obra:



Demonstrativo Orçamentário	R\$ mil
Dotação inicial	1.500,0
Contingenciamento	0,0
Crédito Suplementar	650,0
Lei + Créditos	2.150,0

Total Disponível	2.150,0
Liquidado	2.150,0
Inscritos em Restos a Pagar	0,0
Saldo	0,0

2.10 – CONSTRUÇÃO DO ED. SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA EM SAMAMBAIA

Com o objetivo de dar início à construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça na Circunscrição Judiciária de Samambaia, estimado em 4.600 m², conforme projeto padrão, foram aprovados R\$ 200,0 mil pela Lei Orçamentária do exercício corrente para serviços de terraplanagem, escavação, barracão de obra, tapume e outros serviços iniciais.

O valor total foi inscrito em restos a pagar e corresponde a:

- Projetos: 16,88%;
- Serviços Gerais: 11,36%;
- Preparação do Terreno: 88,19%;
- Limpeza: 0,23%.

Demonstrativo Orçamentário	R\$ mil
Dotação inicial	200,0
Contingenciamento	0,0
Crédito Suplementar	0,0
Lei + Créditos	200,0
Total Disponível	200,0
Liquidado	0,0
Inscritos em Restos a Pagar	200,0
Saldo	0,0

2.11 – CONSTRUÇÃO DO ED. SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA NO GAMA

No intuito de concluir o Edifício-Sede da Promotoria de Justiça na Circunscrição Judiciária do Gama foram alocados neste projeto, por intermédio da Lei Orçamentária sancionada, R\$ 2.600,0 mil. Este orçamento foi reduzido posteriormente pela Portaria PGR nº

619, de 19 de outubro de 2004, em R\$ 114,6 mil e pela Lei nº 11.010, de 18 de dezembro de 2004 em R\$ 166,7 mil.

O total disponível para execução de R\$ 2.318,7 mil foi liquidado integralmente, permitindo a realização de 34,02% do total da obra em 2004, que somado ao executado nos exercícios anteriores representou 99,94% da obra

Demonstrativo Orçamentário	R\$ mil
Dotação inicial	2.600,0
Contingenciamento	0,00
Crédito Suplementar	(281,3)
Lei + Créditos	2.318,7
Total Disponível	2.318,7
Liquidado	2.313,7
Inscritos em Restos a Pagar	5,0
Saldo	0,00

A Sede da Promotoria de Justiça da Circunscrição Judiciária do Gama foi inaugurada no dia 5 de agosto de 2004, e as fotos a seguir retratam a estrutura arquitetônica da obra após a sua conclusão:





2.12 – CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO ED.SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF

O projeto de construção da 2ª etapa do Edifício-Sede já estava previsto quando a época da construção da atual sede do Órgão, entre 1992 e 1993, quando previu-se a construção de dois prédios anexos. A direção da Instituição à época, atenta às dificuldades e restrições orçamentárias e financeiras, optou por uma alternativa que se mostrava mais factível. Assim, em uma primeira etapa, limitou-se ao atendimento das necessidades mais urgentes, sendo edificado cerca de 42% do terreno destinado a sua Sede.

Esta obra é de extrema importância, pois visa a reunião dos membros e servidores, que em função do crescimento natural da Instituição tiveram que ser deslocados do Edifício-Sede do MPDFT, exercendo suas funções hoje no Edifício da Xerox, localizado à SIG, Quadra 1, Lote 555 e no Edifício do IBAMA, SAS Quadra 5 Bloco H.

No exercício de 2004, a Lei Orçamentária aprovou inicialmente para este projeto R\$ 713,0 mil, sofrendo, posteriormente, redução de R\$ 75,1 mil por intermédio da Lei nº 11.010, de 17 de dezembro de 2004. Do total final disponível, R\$ 636,8 mil foram utilizados na consecução dos projetos básicos, dos quais R\$ 1609 mil foram inscritos em restos a pagar, de acordo com o Demonstrativo Orçamentário a seguir:

Demonstrativo Orçamentário	R\$ mil
Dotação inicial	713,0
Contingenciamento	0,00
Crédito Suplementar	(75,1)
Lei + Créditos	637,9
Total Disponível	637,9
Liquidado	475,9
Inscritos em Restos a Pagar	160,9
Saldo	1,1

3 – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, abrangendo ação planejada e transparente, prevenção de riscos e correção de desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas, garantia de equilíbrio nas contas, via cumprimento de metas de resultado entre receita e despesa, prevendo limites, prazos e condições para a sua aplicabilidade.

A referida Lei fixou limites para despesa total com pessoal para os Entes da Federação, limites estes calculados em relação à receita corrente líquida.

O Ministério Público da União está enquadrado no disposto no art.20, inciso I, letra d, da Lei Complementar nº 101/2000, onde estabelece que as despesas com pessoal dos quatro ramos do MPU, ou seja, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do DF e Territórios, não poderiam exceder a 0,6% da receita corrente líquida.

Em 21 de junho de 2001, por intermédio da Ata nº 25, publicada em 06 de setembro de 2001, o TCU emitiu parecer prévio, concluindo que as despesas de pessoal referentes ao Ministério Público do DF e Territórios, segundo a Lei Complementar nº 101/2000, deveriam se enquadrar no percentual previsto no artigo 20, inciso I, letra C.

Tendo em vista o entendimento do TCU, o Poder Executivo Federal publicou o Decreto nº 3.917/01, regulamentando o artigo 20, inciso I, Letra c, da Lei Complementar nº 101/00, estabelecendo que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, os ex-Territórios do Amapá e de Roraima, Distrito Federal e Ministério Público do DF e Territórios, observarão o percentual estabelecido no artigo 2º, item II do citado Decreto, cabendo ao MPDFT o percentual de 0,064%, da receita corrente líquida.

Discordando do estabelecido no referido Decreto, o Ministério Público do DF e Territórios, protocolou representação junto ao Tribunal de Contas da União, em 27 de setembro de 2001, a qual encontra-se ainda em análise naquela Corte de Contas,

Mesmo com a alteração de enquadramento do MPDFT, este Órgão cumpriu os limites estabelecidos na LRF, inclusive ficando dentro do limite prudencial de que trata o § único, art. 22 da LRF, ou seja, 95% do limite legal, apresentando o índice de 0,060800%.

A seguir demonstramos os índices alcançados pelo MPDFT no 1º, 2º e 3º quadrimestre do exercício de 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - MPDFT

Departamento de Orçamento e Finanças - DOF

Divisão de Avaliação e Acompanhamento - DAC

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2004 - MAIO/2003 ABRIL/2004 - 1º QUADRIMESTRE
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo XII

R\$ milhares

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS	
	Últimos 12 meses	Até o Quadrimestre
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS		
DESPESA DE PESSOAL	162.342	167.244
Pessoal Ativo	138.763	144.385
Pessoal Inativo e Pensionistas	23.579	22.859
Despesas não computadas (art. 19,§ 1º da LRF)	36.263	47.389
(-) Indenizações por Demissão		
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	3.504	3.345
(-) Despesas de Exercícios anteriores	32.760	44.044
(-) Inativos com recursos vinculados		
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, parágrafo 1º)		
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL	126.079	119.855
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	126.079	119.855
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(III)	233.549.548	
% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL SOBRE A RCL, (IV) =(I+II)/(III)	0,053984	
LIMITE LEGAL, (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 0,064000%	149.472	
LIMITE PRUDENCIAL, (§ único, art. 22 da LRF - 0,060800%	141.998	
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF)		
% DA FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL, ANUAL sobre a RCL (V)		
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF - (0,052%) = (IV) - (V)		
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - (0,050600%)		

FONTE: SIAFI

RCL, site [www. Tesouro.fazenda.gov.br](http://www.Tesouro.fazenda.gov.br) (RCL dos últimos 12 meses até dez/2003)

Limite legal = RCL *0,064%

Limite Prudencial = Limite Legal * 0,95

Limite Permitido art.71 = 10% de crescimento em relação a despesa do exercício anterior

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - MPDFT

Departamento de Orçamento e Finanças - DOF

Divisão de Avaliação e Acompanhamento - DAC

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2004 - SET/2003 a AGOS/2004 - 2º QUADRIMESTRE
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo XII

R\$ milhares

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS	
	Últimos 12 meses	Até o Quadrimestre
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS		
DESPESA DE PESSOAL	176.797	167.244
Pessoal Ativo	149.385	144.385
Pessoal Inativo e Pensionistas	27.412	22.859
Despesas não computadas (art. 19,§ 1º da LRF)	34.980	47.389
(-) Indenizações por Demissão		
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	3.462	3.345
(-) Despesas de Exercícios anteriores	31.518	44.044
(-) Inativos com recursos vinculados		
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, parágrafo 1º)		
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL	141.817	119.855
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	141.817	119.855
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(III)	249.117.238	
% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL SOBRE A RCL, (IV) =(I+II)/(III)	0,056928	
LIMITE LEGAL, (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 0,064000%	159.435	
LIMITE PRUDENCIAL, (§ único, art. 22 da LRF - 0,060800%	151.463	
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF)		
% DA FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL, ANUAL sobre a RCL (V)		
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF - (0,052%) = (IV) - (V)		
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - (0,050600%)		

FONTE: SIAFI

RCL, site [www. Tesouro.fazenda.gov.br](http://www.Tesouro.fazenda.gov.br) (RCL dos últimos 12 meses até dez/2003)

Limite legal = RCL *0,064%

Limite Prudencial = Limite Legal * 0,95

Limite Permitido art.71 = 10% de crescimento em relação a despesa do exercício anterior

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - MPDFT
Departamento de Orçamento e Finanças - DOF
Divisão de Avaliação e Acompanhamento - DAC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2004 - JAN/2004 a DEZ/2004 - 3º QUADRIMESTRE
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo XII

R\$ milhares

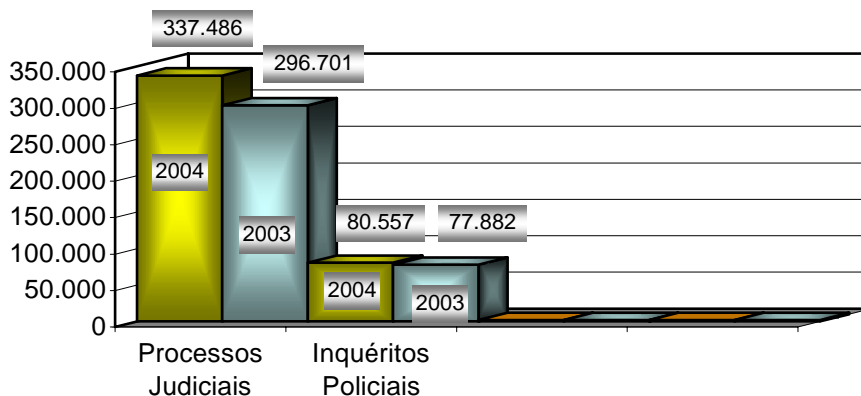
DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS	
	Últimos 12 meses	Até o Quadrimestre
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS		
DESPESA DE PESSOAL	167.244	167.244
Pessoal Ativo	144.385	144.385
Pessoal Inativo e Pensionistas	22.859	22.859
Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)	47.389	47.389
(-) Indenizações por Demissão		
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	3.345	3.345
(-) Despesas de Exercícios anteriores	44.044	44.044
(-) Inativos com recursos vinculados		
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, parágrafo 1º)		
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL	119.855	119.855
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	119.855	119.855
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(III)	224.920.164	
% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL SOBRE A RCL, (IV) =(I+II)/(III)	0,053288	
LIMITE LEGAL, (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 0,064000%	143.949	
LIMITE PRUDENCIAL, (§ único, art. 22 da LRF_ - 0,060800%	136.751	
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF)		
% DA FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL, ANUAL sobre a RCL (V)		
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF - (0,052%) = (IV) - (V)		
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - (0,050600%)		

5 - RESULTADO DA ATIVIDADE FIM DA UNIDADE GESTORA

O Ministério Público ao qual cabe como principal tarefa defender a ordem jurídica, o regime democrático, e os interesses sociais e individuais indisponíveis, agindo por meio dos princípios da legalidade e moralidade, vem a cada dia mostrando seu perfil constitucional, fazendo valer as atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar nº 75/93, atuando junto à justiça de primeira e segunda instância do DF, defendendo e impedindo que as pessoas sejam lesadas em seus direitos e garantias.

Devido a um trabalho excelente de divulgação institucional, a sociedade passa a conhecer a verdadeira função do Ministério Público, que até pouco tempo era conhecido como apenas mais um Órgão da esfera federal. Atualmente o Ministério Público é visto como uma Instituição defensora dos direitos dos indivíduos e dando a certeza de que sempre que houver ameaça ou lesão ao direito, estará sempre pronto a entrar em ação.

Prova desta intensa busca pelas garantias dos direitos é que o MPDFT, no exercício de 2004, foi chamado a pronunciar-se em 418.043 processos, o que representa um crescimento de aproximadamente 11% de processos analisados em relação ao exercício anterior que foi de 374.583 processos analisados, conforme demonstrado no quadro de movimentação processual a seguir:



Os atos praticados pelo MPDFT em 2004 totalizaram 639.574 mil, representando um crescimento em torno de 17,2%, em relação aos praticados no ano de 2003, da ordem de 545.372.

Destacamos a seguir algumas das ações implementadas pelo Ministério Público no ano de 2004:

- Ministério Público de Portas Abertas - 2ª edição do evento que tem como finalidade aproximar o Ministério Público da sociedade. Compareceram cerca de 2.000 pessoas entre estudantes de ensino médio, graduandos de direito, representantes de ONGS e pessoas comuns da comunidade. Os cidadãos puderam conhecer e ver, na prática, as ações e formas de intervenção social na garantia de seus direitos;
- Algumas Ações Diretas de Inconstitucionalidade propostas:
 - Contra lei da que dispensava a exigência de alvarás para templos religiosos. A lei atenuaria as exigências mínimas de segurança para funcionamento dos templos, colocando em risco a vida de milhares de fiéis;
 - Contra lei que autorizava doação de terras públicas para igrejas. Tais doações eram contrárias à Lei Orgânica do Distrito Federal;
 - Contra leis que estabeleceram que a autorização para utilização de área pública se daria com a realização de um processo seletivo simplificado, além de que asseguravam a regularização da ocupação de tais espaços pelos *trallers*, quiosques e similares já instalados;
 - Contra a distribuição de autorizações e permissões para a prestação de serviço de transporte público por particulares sem a devida licitação;
 - Contra 54 leis distritais, que promoviam a desafetação de áreas públicas e permiam a sua doação a igrejas e outras entidades particulares, nos moldes da lei considerada inconstitucional;
 - Contra a venda direta de imóveis públicos a invasores, a criação indiscriminada de cargos de confiança, ao invés de realização de concursos públicos, a venda de inúmeros lotes destinados às escolas públicas, bem como a privatização dos estacionamentos públicos localizados no DF.
- Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Mulher – Criação da promotoria que nasceu com intuito de enfrentar uma batalha que se trava de uma forma silenciosa,

visto que as estatísticas de violência contra a mulher no DF, como no resto do país, não refletem a realidade, pois a maior parte dos casos não chegam às delegacias.

- Projeto DiáLOGOS – Proposta da Procuradoria-Geral que tem o objetivo de definir parâmetros de evolução e de avaliação dos resultados do MPDFT, aperfeiçoar seu sistema de informações e estabelecer o planejamento estratégico de sua atuação para o próximo biênio;
- MP Mais Perto de Você – Continuidade dos trabalhos da promotoria itinerante, instalada em um veículo especial, que se desloca entre as cidades satélites com o objetivo de prestar atendimento à população. As escolas do Distrito Federal são convidadas a levarem seus alunos às dependências do MPDFT para que as crianças e jovens saibam as atribuições e como funciona o MP;
- Ouvidoria do MPDFT - Implantação da unidade que abre mais um canal de comunicação com os brasilienses para críticas, dúvidas e sugestões;
- Programa Pai Legal – Programa que permite às crianças que não possuem o nome do pai em seus registros, se tornarem conhecidas legalmente. Os pais ausentes, diante de um juiz e da família, são levados a compreender a importância do reconhecimento da paternidade. Além da importância psicológica desse reconhecimento, as crianças têm desde cedo assegurados seus direitos sociais garantidos;
- Revista “Reviva” – Lançamento da revista pela Prodide, cuja idéia é estimular o espírito de cidadania entre os idosos;
- Comissão de Fiscalização do Estatuto do Idoso – Criada pela Prodide para, além de fiscalizar o cumprimento do Estatuto, exigir a estruturação do Conselho do Idoso do DF. Obteve como resultado agilizar o andamento dos processos que envolviam pessoas idosas no âmbito do DF e obrigar as empresas de transporte coletivo a se adaptarem às exigências legais de reserva de vagas para idosos.
- Leilão de Execução Coletiva - Ocorreu no dia 20 de setembro, sendo a primeira execução coletiva no País em que o Ministério Público é o autor, cumprindo o papel de protetor dos direitos do consumidor, com base no Código de Defesa do Consumidor;

- Inquéritos sobre a responsabilidade dos fabricantes de cigarros – Dois dos maiores inquéritos da história do País por danos à saúde dos consumidores;
- Central de Medidas Alternativas – Inauguração das centrais do Gama, Brazlândia, Sobradinho, Paranoá e Planaltina. As Centrais de Medidas Alternativas desenvolvem um trabalho que hoje lidera a experiência de aplicação de medidas e penas alternativas no Brasil.
- Audiências Públicas – Realizada com os representantes das empresas de transporte coletivo e das empresas privadas que exploram estacionamentos no DF. As reuniões visaram garantir a gratuidade do transporte e a reserva de 10% dos assentos nos veículos para os idosos, assim como a reserva de 5% de vagas para os maiores de 65 anos nos estacionamentos, como prevê o Estatuto do Idoso;
- Termo de Ajustamento de Conduta com o Detran/DF – Assinatura do termo entre a Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão, a Prodide e o Detran/DF, para garantir a demarcação e a fiscalização da reserva de 5% das vagas dos estacionamentos públicos do DF para os maiores de 65 anos, como prevê o artigo 41 do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). Além das áreas destinadas aos idosos, o Detran comprometeu-se a demarcar vagas aos portadores de necessidades especiais;
- Workshop “Segurança e Paz na Escola” - Realização dos Conselhos de Segurança Escolar com o intuito de combater a violência nas escolas. O projeto-piloto foi implementado em cinco escolas do DF.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Incumbe ao Ministério Público a defesa extrajudicial ou judicial do estado democrático de direito, da ordem jurídica, ou seja, de todo o sistema normativo brasileiro (leis em sentido geral – *latu sensu*) e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, da Constituição Federal de 1988, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.

Em virtude desta prerrogativa constitucional o Ministério Público, por meio da Lei nº 10.771/02, criou cargos para os quatro ramos do MPU, a serem providos por concurso público, escalonados até o exercício de 2008.

A referida Lei vai propiciar uma melhora na estrutura organizacional e no quadro de servidores, aperfeiçoando o atendimento das demandas advindas da sociedade, uma vez que o Ministério Público a cada dia torna-se um Órgão fundamental na vida das pessoas, quer seja como fiscal da Lei, quer seja como Instituição capaz de defender os mais variados interesses e anseios da sociedade.

O Ministério Público, preocupado em dar um atendimento de excelência à sociedade, procura preparar seus servidores de forma a qualificá-los e conscientizá-los que o ambiente de trabalho e o espírito profissional tem que ser o melhor possível, para tanto deu continuidade ao programa de Gestão de Competências e Habilidades, desenvolvendo cursos internos e externos, palestras motivacionais, procurou os talentos individuais, dando oportunidade para que seus servidores pudessem descontraí-los, objetivando a construção de um ambiente mais harmonioso e compartilhado com seus companheiros de trabalho, sempre preocupado com o bem estar e a qualidade de vida de seus servidores, ponto crucial para um bom atendimento ao público.

Outro ponto importante é o árduo e gratificante trabalho desenvolvido para construção de suas sedes próprias, com o intuito de melhor atender a população e propiciar um melhor ambiente de trabalho a seus membros e servidores.

Podemos finalizar com a certeza de que o MPDFT apesar de cortes orçamentários, contingenciamento de despesas e atuando dentro da nova política orçamentária imposta pelo Governo Federal, desempenhou um papel importantíssimo para a sociedade, procurando atender todas as demandas da população. E ainda, como pode ser observado no presente relatório,

executou o seu orçamento quase que em sua totalidade, demonstrando que trabalha procurando atender os princípios básicos da legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade, eficiência, sem ferir os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

ANTONIO MARCOS DEZAN

Diretor-Geral do MPDFT